

Acordo inicia votação sobre impostos

BRASÍLIA — As 18h30 de ontem, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) saiu por um instante da sala no gabinete da liderança do PMDB, onde os tributaristas da Constituinte estavam reunidos, foi ao telefone e anunciou: "O acordo está feito". Dornelles falava com um assessor, a quem pediu para comunicar o fato a todos os deputados que ligassem para seu gabinete.

O acordo recompôs os estados do Sul e Sudeste com os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que vinham harmonizados desde a fase da Comissão de Sistematização mas ontem estiveram à beira da divisão, por obra do Palácio do Planalto.

Sul e Sudeste, representados na reunião pelo próprio Dornelles e pelos deputados José Serra (PMDB-SP) e César Maia (PDT-RJ), garantiram a manutenção do dispositivo que cria o adicional de 5% sobre o Imposto de Renda incidente em operações financeiras, graças à decisão do deputado Firmo de Castro (PFL-CE) de retirar o destaque para votação em separado do artigo.

ICM — Se o destaque de Firmo fosse mantido, haveria risco de rejeição do adicional de 5% — que interessa especialmente aos estados do Sul e Sudeste, os mais ricos, onde se concentram

as atividades financeiras. Em troca, Dornelles e Serra acataram a emenda do deputado João Agripino (PMDB-PB), que reduz para maioria absoluta (metade mais um) o quórum necessário para o Senado fixar a alíquota máxima do ICM em operações interestaduais. No projeto do Centro, o quórum exigido era de dois terços, o que dificultava a intervenção do Senado — onde a bancada do Norte e Nordeste é maioria.

O interesse dos estados mais pobres na fixação de um teto para as alíquotas do ICM deve-se ao temor de que a sobrecarga desse tributo nos estados mais ricos pudesse reduzir a arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Junto com o Imposto de Renda, o IPI é a base de sustentação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que destina 70% de seus recursos às regiões carentes.

Não se sabe, porém, se o acordo fechado ontem à tarde será capaz de contentar as bancadas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que foram balançadas pela ofensiva do Planalto.

A Constituinte retoma hoje, às 9h, a votação do Título VI relativo ao Sistema Tributário e Orçamento; ontem, a sessão foi suspensa devido ao falecimento do senador Antônio de Farias (PMB-PE).



Com a morte de Antônio Faria a sessão foi suspensa

'Guerra fiscal' divide voto

Uma reunião do presidente Sarney com constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e técnicos do Ministério da Fazenda desencadeou o que já está chamada de "guerra fiscal" contra o Sul e o Sudeste na votação do Sistema Tributário. Declarando-se preocupado com a extinção dos cinco impostos únicos — energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, minerais, transportes e comunicações — que serão agregados ao futuro imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), administrados pelos estados e não mais pela União, Sarney disse aos constituintes temer que essa nova sistemática prejudicasse Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A "guerra fiscal" chegou logo no começo da tarde à Constituinte, criando situações insólitas. Assim, com as sessões suspensas em virtude da morte do senador Antônio Farias (PMB-PE), o deputado José Serra (PMDB-SP), principal articulador do novo sistema tributário, foi cercado por adversários de Sarney, como os deputados Lúcio Alcântara (PFL-CE) e Jaime Santana (PFL-MA), e por incondicionais defensores do Planalto, como os deputados Benito Gama (PFL-BA), Firmo de Castro (PMDB-CE) e José Luiz Maia (PDS-PI). Todos queriam saber o que o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste iriam perder.

Perdas — Na reunião do Planalto, o secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, apresentou o que seriam as perdas dessas regiões. Segundo ele, pela atual sistemática — a União distribui esses impostos pelos estados e municípios — essas regiões são beneficiadas com 52% da arrecadação desses impostos contra 31% para o Sul e o Sudeste. Pelas determinações da nova Constituição, o Sul e o Sudeste cresceriam para 47%, ficando 52% para as demais regiões do país.

A declaração de Mustafa criou uma situação constrangedora, segundo o deputado José Luiz Maia, que pediu explicação mais detalhada da Receita Federal. Afinal, segundo lembrou, Mustafa foi um dos principais assessores da Comissão do Sistema Tributário da Constituinte, que decidiu cortar o apetite do Leão da Receita Federal.

Maia disse que Sarney não pressionou

ninguém para votar contra o novo sistema tributário, limitando-se a pedir que todos votassem "com consciência". Da reunião participaram também os líderes do governo na Câmara e Senado, Saldanha Derzi e Carlos Sant'Anna, o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, e os deputados Benito Gama (PFL-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Mussa Demes (PFL-PI), entre outros.

Jogada — Preocupado em negociar com a bancada nordestina, em pé de rebelião e desorientada, Serra evitou falar à imprensa. No entanto, seus assessores não tinham dúvidas: a nova posição de Sarney é mais uma jogada do Planalto para derrubar a reforma tributária. Segundo eles, o governo está interessado em manter o imposto único sob seu controle como forma de continuar obrigando prefeitos e governadores a irem a Brasília de chapéu na mão. O próprio Mustafa reconheceu que o imposto único representa apenas 5% do total da arrecadação federal, cujo montante foi incapaz de informar durante a reunião no Planalto.

Apesar de a sessão de ontem, Serra já encaminhava algumas fórmulas de negociação. Assim, caberia ao Senado definir as alíquotas máximas e mínimas de impostos para os estados e qualquer modificação nelas deveria ser aprovada pela maioria absoluta de votos. Segundo o deputado Lúcio Alcântara, isso seria uma forma de proteger os estados mais atrasados dos mais desenvolvidos que, ao baixar suas alíquotas, poderiam provocar o esvaziamento ou o sufocamento da economia do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Embora dirija de Serra, o deputado Delfim Netto (PDS-SP), concordava ontem com ele. Para o ex-ministro do Planejamento, a ofensiva de Sarney é mais uma tentativa de a União manter a centralização tributária para evitar cortar gastos e manter também a centralização do poder político.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) reconhece que seria muito difícil derrubar a reforma tributária prevista na nova Constituição: "Como votar contra ela, sabendo que vai aumentar em 30% a arrecadação dos municípios de nossos estados, e explicar isso depois aos nossos prefeitos?"

Infarto mata senador Faria em 40 minutos

Natanael Guedes — 8/6/86



Faria começou como vereador

BRASÍLIA — Um infarto agudo do miocárdio matou por volta das 15h30min o senador Antônio Faria (PMB-PE), 55 anos de idade, quando era atendido no Serviço Médico do Senado, onde chegara 40 minutos antes queixando-se de fortes dores no peito. O corpo do senador foi velado no salão negro do Senado e deverá ser transportado ainda hoje para Recife, onde será sepultado. Seu substituto é o ex-deputado Ney Maranhão (PTB-PE), seu companheiro de chapa na coligação com o PMDB do governador Miguel Arraes, nas eleições de 1986. Sua morte surpreendeu a sessão da Constituinte.

Cerca de 20 minutos após o primeiro socorro, o senador Antônio Faria foi submetido a novo eletro, segundo informou o diretor do Serviço Médico, Luciano Vieira, "constatando-se uma melhora progressiva". Concluído o segundo exame, o médico deixou a sala, para ser logo em seguida chamado pela enfermeira de plantão: o caso se agravava.

O médico ainda tentou massagens e estímulos elétricos, mas o senador já estava morto. A notícia foi comunicada no plenário da Constituinte — que preparava-se para iniciar a votação da Reforma do Sistema Tributário — pelo líder do PDS, Amaral Netto, e a sessão foi suspensa de imediato. Faria dedicara a maioria das 26 emendas que apresentou à Constituinte ao capítulo da Ordem Econômica.

Usineiro bem sucedido em Pernambuco, com vários anos de atividade política, a maior parte do tempo na Arena e depois PDS, Antônio Faria iniciou como vereador da sua cidade, Surubim, foi duas vezes deputado estadual pela UDN, prefeito biônico de Recife de 75 a 79, depois deputado federal e, em 86, elegeu-se senador, após um acordo com o PMDB.

Faria ficou conhecido nacionalmente em meados de 1984, quando a candidatura do ex-deputado Paulo Maluf — de quem foi cabo eleitoral — implodiu o PDS, levando o então presidente do partido e hoje presidente da República, José Sarney, a renunciar. Sarney foi substituído pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que também renunciou, e em apenas 24 horas Antônio Faria assumia a direção nacional do partido, para entre-

ga-la depois ao senador Augusto Franco (PDS-SE), que teve a missão de tentar pacificar o que sobrou da outrora ex-maior partido do ocidente.

Antônio Faria tinha dificuldade de expressão e era tímido: só falava em palanque depois de uma dose de uísque. Casado, três filhos, nem acreditava que venceria a eleição. Único representante do PMB, com a perspectiva de gastar CZ\$ 100 milhões, chegou a abandonar a campanha. Só voltou quando o governador Miguel Arraes, patrono da aliança entre ele e o candidato do PMDB ao Senado, Mansueto de Lavor, o advertiu: "Ou vocês dois se entendem ou eu esqueço os dois e vou em frente".

Selada a paz, Arraes foi para a TV pedir votos para ambos. Seu resultado: último nas pesquisas, Farias acabou derrotando o favorito Roberto Magalhães. Era um dos homens mais ricos de Pernambuco (tinha duas usinas de açúcar e duas destilarias), circunstância de que se valeu para organizar o PMB, com seis deputados estaduais e possibilidades de conquistar 20 prefeituras.

Seu suplente, Ney Maranhão, 60 anos, só entrou para o PMB porque o PTB, que ajudou a fundar em Pernambuco, recusou-se a recebê-lo. Maranhão foi deputado cassado em 64 e é considerado uma figura folclórica em Pernambuco. Filho do ex-deputado Constandino Maranhão, conhecido no estado como o "Rei da Carne Verde", só usa alpagatas e deixa a camisa aberta até a cintura para tornar visível o enorme medalhão que carrega pendurado num trancelim de ouro.

Constituinte alivia peso de impostos

O que tem o cidadão comum a ver com o arido capítulo sobre sistema tributário da nova

Constituição, que começou ontem à tarde a ser votado pela Constituinte? Só a médio e a longo prazo ele sentirá os efeitos do que está destinado a implicar uma radical mudança na forma de repartir recursos e poderes entre a União, os estados e os municípios. De não que der a votação prevista para se estender até amanhã, a vida do cidadão poderá, sem dúvida, melhorar.

A criação de novos impostos passará a depender da aprovação do Congresso. Hoje, através de um decreto-lei, o governo pode criar e ampliar os impostos existentes. Foi o que fez, por exemplo, quando instituiu o compulsório sobre combustíveis. Na época da reforma do Cruzado, o governo elevou o imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado na venda de automóveis. Na ponta da linha, o preço do automóvel subiu para o consumidor.

O governo não poderá mais criar impostos compulsórios para regular a demanda de produtos. Só poderá fazê-lo em casos de calamidade pública e para construção de obras de relevante interesse social. Mesmo assim, como o instrumento do decreto-lei deixará de existir com a vigência da futura Constituição, o compulsório permitido terá que ser aprovado pelo Congresso.

Sobre a quase totalidade das mercadorias produzidas no país, o consumidor paga hoje um ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) de 1%. O ICM não discrimina ninguém: ele é o mesmo para o cidadão que ganha pouco e para o cidadão que ganha muito. A nova Constituição permitirá que os estados cobrem ICMs diferentes para produtos diferentes. O ICM do leite, do pão e do feijão, por exemplo, poderá ficar menos que o ICM a ser cobrado sobre a compra de um iate ou de um perfume.

A nova Constituição obrigará a transferência para estados e municípios de parte dos impostos que hoje vão direto para os cofres da União. Isso significará mais dinheiro para

obras estaduais e municipais e menos dependência dos governadores e prefeitos em relação ao governo federal. Nos municípios, as comunidades poderão cobrar mais obras e poderão fiscalizar sua execução. Novos empregos poderão ser gerados nos estados e municípios.

As grandes fortunas e as heranças serão penalizadas por impostos que o Congresso, mais tarde, regulamentará. Os estados abastecerão seus cofres com novos recursos de um adicional de Imposto de Renda que poderão criar. Em tese, estados com mais dinheiro representam mais obras, mais empregos e uma distribuição melhor da renda entre seus habitantes.

A importância do capítulo que ontem começou a ser votado foi resumida com propriedade pelo deputado Roberto Brant (PMDB-MG), administrador de empresas e economista. "O sistema de governo e a questão tributária são as duas únicas mudanças reais que a Constituinte poderia oferecer ao país", observou. "A primeira delas frustrou-se porque o parlamentarismo foi derrotado. A segunda, não se frustrará".

Último esforço

A poucas horas do início da votação do capítulo tributário da nova Constituição, o governo ainda se empenhava em evitar sua aprovação. O governo jogava com três objetivos: diminuir o volume de recursos a serem transferidos da União para estados e municípios; manter na órbita da União a cobrança de impostos únicos, que seria deslocada para os estados; e suprimir o adicional de Imposto de Renda que os estados poderiam criar. "O novo sistema tributário, como está, significará a falência da União", dizia o deputado Delfim Netto (PDS-SP).

Justiça com atraso

Na época, o mundo pareceu desabar sobre a cabeça do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). As esquerdas de todos os partidos bateram forte no trabalho que ele apresentou como relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Fiúza foi acusado de ter-se posto a serviço da direita e dos militares. Com pequenas, quase inexpressivas alterações, o trabalho de Fiúza foi todo aproveitado quando a Constituinte aprovou, antecorrendo, o Título V da nova Constituição sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas. As esquerdas votaram a favor.

Ricardo Noblat

EUA serviram de modelo

BRASÍLIA — O sistema tributário brasileiro, implantado pela Constituição de 1891, foi inspirado no dos Estados Unidos. Depois de 97 anos, contudo, restam poucos vestígios de identidade, não só pela evolução diferenciada dos dois países, como também pela visão de capitalismo e até pela compreensão das populações sobre o significado dos impostos, em tese recolhidos para o bem comum.

Os brasileiros pagam 70% de impostos indiretos, embutidos nos preços das mercadorias e, portanto, invisíveis. Destemam o Leão, ostensivo no contracheque mensal, e nunca souberam que destino o governo dá à parte abocanhada de seus salários. Os americanos, ao contrário, têm até orgulho de pagar imposto, pois se mobilizam não só em relação às leis tributárias estaduais e municipais, como quanto ao retorno que o estado dá ao dinheiro arrecadado. São até capazes de denunciar, sob aplausos gerais, o vizinho que burla o fisco. "É a delação a favor do coletivo", ensina um professor da Universidade de Brasília.

Níveis — Há cerca de cem milhões de contribuintes do Imposto de Renda (pessoa física) nos Estados Uni-

dos. Parte deles, como os habitantes de Nova Iorque e da Califórnia, chega a pagar o Imposto de Renda à União, ao estado e ao município (condado). As legislações específicas em cada nível da federação dependem, no entanto, de ampla aprovação da opinião pública, e alguns estados e municípios não cobram imposto de Renda.

Enquanto no Brasil o Imposto de Renda incide sobre cidadãos (pessoas físicas) e empresas (pessoas jurídicas), nos Estados Unidos há impostos diferentes para as duas categorias: o de Renda (primeiro caso), que atinge até 60% da arrecadação da União e, somado às taxas da Previdência, chega a 80%; e o sobre Corporações (pessoas jurídicas), que fica em cerca de 10 a 15%.

A filosofia, segundo o professor da Universidade de Brasília, é a de que as empresas precisam de recursos para investir, assim criando empregos, e só adiantam os impostos de seus acionistas, enquanto os impostos são arrecadados basicamente das pessoas físicas, pois são elas as usuárias dos serviços públicos produzidos em todos os níveis. Serviços que, se no Brasil muitas vezes se contraem, lá seguem inextinguível rigor hierárquico e se integram.

Impostos em três níveis

O Congresso norte-americano aprovou em 1986 uma reforma tributária conhecida como Tax Reform Act. O objetivo é, de 1987 a 1991, deixar de arrecadar US\$ 120 bilhões das pessoas físicas e passar a arrecadar esse total das pessoas jurídicas.

Eis a distribuição dos impostos que os norte-americanos pagam à União, aos estados e condados (municípios), e as atribuições de cada um desses níveis. Os dados são de 1980 mas a proporção não mudou.

- Arrecadação da União**
 - I. Renda — 43,8%
 - I. Sobre Corporações — 11,6%
 - I. Sobre Vendas e Alfândega — 5,8%
 - I. Sobre Seguros — 25%
 - Outros (como heranças e doações) — 13,8%
- Atribuições comércio exterior, diplomacia, defesa da Constituição (Cortes federais), segurança interna, políticas de integração com estados e municípios.**
- Arrecadação dos estados**
 - I. Geral Sobre Vendas — 44,4%

- I. Renda — 21,8%
- I. Sobre Corporações — 7,8%
- I. Sobre Combustíveis, Bebida e Fumo — 9,4%

- Receita bruta e I. sobre Propriedade, Heranças e Doações — 13,1%
- I. Sobre Veículos a Motor — 3,2%
- I. Líquido sobre Armazenagem de Lubrificantes — 0,3%

Atribuições sistema viário, transmissão de energia, universidades, Polícia estadual, Justiça (legislação penal).

- Arrecadação dos municípios**
 - I. Sobre Propriedade — 54,6%
 - I. Sobre Vendas e Receita Bruta — 10,1%

- I. Renda — 4,2%
- Outros — 32%

Atribuições são os serviços diretos ao contribuinte, como: escolas até o 2º grau, abastecimento d'água, esgotos e águas fluviais, habitação, iluminação das ruas, lixo e manutenção de parques, abatedouros e mercados de gêneros, e conservação de estradas.

Deputado se queixa do ritmo

O senador Nelson Carneiro, 78 anos, esperava pacientemente pelo final da entrevista do diretor do Serviço Médico do Senado, Luciano Vieira, ontem à tarde, após a morte do seu colega Antônio Faria. Mais que escutar as explicações, porém, queria mesmo era ser acompanhado por Vieira até o setor cardiológico para se submeter a um eletrocardiograma, como faz regularmente. "Eu sempre faço, por isso estou com esta idade", explicou o senador, em meio ao tumulto que havia se estabelecido no local.

"É um crime o que estão fazendo. Este ritmo é alucinante e não há quem agüente", queixou-se o deputado Expedito Machado, (PMDB-CE) um dos muitos que aproveitaram a ocasião para reclamar da aceleração dos trabalhos da Constituinte nos últimos meses por determinação do presidente Ulysses Guimarães. Para o médico Luciano Vieira, contudo, mais que consequência de excesso de trabalho, a morte do senador demonstra os deputados e senadores têm de se submeter regularmente a exames de saúde.

Desde a instalação da Constituinte já foram registradas duas mortes, além da de Antônio Faria: do senador Fábio Lucena (PMDB-AM, suicídio) e do deputado Alair Ferreira (PFL-RJ), também vítima de um infarto agudo do miocárdio, quan-

do se encontrava na barbearia do Hotel Nacional, em Brasília.

Vítima de problemas cardíacos, o líder do PMDB, Mário Covas, ficou afastado da Constituinte por dois meses, ano passado, depois de ter ser removido às pressas para o Instituto do Coração, em São Paulo. Ali também foi parar, 24 horas após a Comissão de Sistematização votar quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, em dezembro último, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com pré-infarto. Na votação do sistema de governo, há um mês, o deputado Jorge Uêqued (PMDB-RS) teve que ser socorrido às pressas no Serviço Médico da Câmara, com problemas de pressão alta.

O deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), ainda na fase da Sistematização, foi vítima de infarto e ficou afastado dos trabalhos por 60 dias. Outros deputados, como João Herrmann (PMDB-SP) ou Jessé Freire (PFL-RN), têm estado longe da Constituinte quase todo o tempo, também por problemas de saúde, como esteve recentemente o senador Virgílio Távora (PDS-CE). A deputada Tutu Quadros (PTB-SP) esteve internada por algumas semanas, no final do ano passado, acusada por seu pai, João Quadros, prefeito de São Paulo, de apresentar sintomas de "desequilíbrio mental".

Reforma fará São Paulo arrecadar 15% a mais

SÃO PAULO — A reforma tributária que deve ser votada pela Constituinte aumentará a receita própria do estado de São Paulo de 12% a 15%. Hoje essa receita é formada pelo ICM e a previsão é que alcance este ano algo em torno de CZ\$ 865 bilhões. Com o novo sistema tributário, portanto, o ganho para o estado seria de cerca de CZ\$ 110 bilhões. Esses recursos, num primeiro momento, informa o secretário de Planejamento do estado, Frederico Mazzucchelli, servirão para aumentar a velocidade de investimentos já programados. Não estão previstas novas obras, nem a prestação de novos serviços.

Na verdade, a questão da transferência de encargos da União para os estados está longe de ser resolvida. Segundo o secretário, é um assunto para o futuro, se bem que não se trate de questão especialmente relevante para São Paulo. Hoje, os recursos federais mais importantes recebidos pelo estado são os do salário-educação, utilizados no financiamento da merenda e de construções escola-

res. Esses recursos chegam sempre com atraso e são apenas subsidiários. O governo paulista financia a maior parte da merenda e das construções com recursos próprios.

Financiamentos — Em outros setores, nos quais o governo Quêrcia pretende investir — habitação, transportes, saneamento, saúde — é muito limitada a participação de recursos da União. O estado depende de financiamentos, nacionais e estrangeiros. Os nacionais vêm normalmente do BNDES (para grandes obras, como as do Metrô) e da Caixa Econômica Federal, para habitação, saneamento, construção de presídios e postos de saúde. E esses empréstimos estão congelados desde o último pacote do ministro Malilton da Nóbrega, que impediu o aumento do endividamento dos estados e municípios. Como os financiamentos externos também estão bloqueados, enquanto não se desata o nó da dívida externa, há uma ameaça real ao programa de investimentos do governo paulista.

Estado manterá investimentos

Nos dois últimos anos, o estado de São Paulo investiu cerca de US\$ 5,2 bilhões, aproximadamente a metade em cada período. Para este ano, o governo esperava manter o nível de US\$ 2,6 bilhões de novos investimentos, mas esse nível só será alcançado se mudarem as atuais regras que impedem os financiamentos internos e externos.

Tudo considerado, a reforma tributária da Constituinte representará um importante aporte de recursos para o estado. Mas, diz o secretário Mazzucchelli, "não resolve o impasse financeiro do estado, que é muito maior". Mazzucchelli se refere à definição de fontes regulares de empréstimos.

O DIA-A-DIA DA CIDADE NO

JORNAL DO BRASIL

Cidade